

Vida cotidiana e mercado mundial
(Breve diálogo com Harry Braverman)

Mônica Hallak Martins da Costa*

Resumo:

Pretende-se com este texto estabelecer um breve diálogo com Harry Braverman, autor de *Trabalho e capital monopolista* (1987), acerca de sua compreensão das mudanças ocorridas na vida social a partir do predomínio da atividade humana no espaço industrial. Busca-se, em primeiro lugar, valorizar uma abordagem que, não obstante o teor crítico com que será tratada, tem o mérito de evidenciar as transformações objetivas e subjetivas na vida de todos os dias decorrentes das mudanças nas relações de produção.

Palavras-chave:

Cotidiano; indivíduo social; mercado mundial.

Everyday life and the world market
(A brief exchange with Harry Braverman)

Abstract:

This paper aims at presenting a brief exchange with Harry Braverman, author of *Labor and Monopoly Capital* (1987), about his understandings of the changes in social life as a consequence of human activity in the industrial age. Firstly, we intend to acknowledge the value of an approach which, in spite of the criticism with which it will be analyzed, has as its merit to evidence the objective as well as subjective transformations undertaken in contemporary life as a result of the changes occurred in production-based relationships.

Key words:

Daily life; social individual; world market.

* Graduada em serviço social pela PUC-MG, mestre em filosofia pela UFMG e doutoranda em serviço social pela UFRJ. Professora da Escola de Serviço Social da PUC-MG.

A revolução social (...) não pode tirar sua
poesia do passado, e sim do futuro.
(Marx, *O 18 brumário de Luís Bonaparte*)

O objetivo principal de *Trabalho e capital monopolista* (1987), como anunciado no subtítulo, é o exame da degradação do trabalho no século XX. O capítulo dedicado à análise do mercado mundial, portanto, não trata diretamente do problema central da obra, apenas contextualiza as mudanças que ocorreram na vida social de modo a apresentar a discussão acerca do desenvolvimento dos processos de trabalho naquele momento. Na introdução do livro, quando relata brevemente as funções que havia exercido como trabalhador manual, Braverman levanta a hipótese de seus argumentos serem interpretados como “apego sentimental às condições antigas” (Braverman, 1987, p. 17) de trabalho¹. Ele afirma, no entanto, que cuidou para que suas conclusões não decorressem desse romantismo, apesar de admitir ter gostado de trabalhar com artífice. Declara, além disso, que suas

(...) opiniões sobre o trabalho estão dominadas pela nostalgia de uma época que ainda não existe, na qual, para o trabalhador, a satisfação do ofício, originada do domínio consciente e proposital do processo do trabalho, será combinada com os prodígios da ciência e poder criativo da engenharia, época em que todos estarão em condições de beneficiar-se de algum modo desta combinação (Braverman, 1987, p. 18)

Não discutiremos no presente texto² se Braverman teve ou não sucesso em se distanciar do saudosismo em relação às formas anteriores de trabalho (este foi um tema de disputa entre seus críticos e defensores). Limitamos aqui a desenvolver um brevíssimo diálogo com o autor a partir de suas reflexões sobre as mudanças na vida social no contexto do capitalismo dos monopólios, quando “a totalidade do indivíduo, da família, da sociedade e das necessidades sociais” (Braverman, 1987, p. 231) são subordinados ao mercado. Este recorte, claro, não permite maiores generalizações acerca dos resultados alcançados por Braverman. Mas com relação ao tema aqui tratado, o da vida cotidiana, não há dúvida quanto à sua nostalgia de uma vida comunitária centrada no contato direto dos indivíduos na família e na vizinhança, como veremos adiante.

Harry Braverman (1987) abre o capítulo dedicado à análise do mercado mundial, de seu *Trabalho e capital monopolista*, listando os artigos que passam a fazer parte da vida doméstica a partir do capitalismo dos monopólios. Ele arrola primeiramente aqueles produtos que desde o início do século XIX entravam nas casas da maioria da população:

gêneros básicos sob a forma mais ou menos inacabada, tais como cereais e carnes, peixe e alimentos, derivados de leite e legumes, bebidas destiladas e fermentadas, pão e biscoitos e melaços. Outras necessidades domésticas normais incluíam fumo, carvão e velas, lamparinas e sabão, sebo e cera, livro e jornais. A produção de roupas estava em seus inícios, mas o mercado na primeira parte do século XIX já estava bem desenvolvido para fios e têxteis, inclusive artigos de tricô, botas e sapatos. Os artigos domésticos incluíam também artefatos de madeira de serrarias e carpintarias ferragens, tijolos e pedra, artigos de argila e vidro, moveis, utensílios domésticos, porcelana e utilidades, instrumentos musicais, lataria e prataria, cutelaria, relógios e carrilhões, produtos farmacêuticos e drogas (Braverman, 1987, p. 231).

O autor completa a lista com aqueles materiais que eram necessários para a manufatura de alguns dos artigos mencionados:

ferro e minérios não ferrosos, metais, madeira bruta, alcatrão, breu, terebintina, potassa, cânhamo, artigos de pedra etc. O transporte exigia fabricação de carroças, carretas, coches e carruagens, navios e botes, tonéis e barris. E as indústrias que produziam ferramentas e implementos tais como foices, arados, machados e martelos haviam começado a produzir maquinaria sob a forma de bombas, máquinas a vapor, equipamento de fiação e tecelagem, e as primeiras máquinas-ferramentas (Braverman, 1987, pp. 231-2).

1 Braverman não se enganou em suas previsões. Ele foi, de fato, acusado de “romantizar” a qualificação manual, contrapondo um local de trabalho mítico do século XIX, dominado majoritariamente por artesãos qualificados autônomos a um local de trabalho do século XX, povoado por trabalhadores desqualificados que desempenham trabalho degradado e monótono” (Meiksins, 1996, p. 109). Disponível no site: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/3_Meiksins.pdf>, acessado em mar. 2010.

2 A reflexão aqui apresentada foi desenvolvida no processo da investigação para a tese de doutorado cujo tema é a vida cotidiana no capitalismo contemporâneo; daí o recorte tão estreito na obra de Braverman, que teve apenas o intuito de evidenciar a perspicácia do autor ao tratar do mercado mundial a partir da vida doméstica.

No momento descrito inicialmente por Braverman, “o papel da família permanecia fundamental nos processos produtivos da sociedade”. Apesar de a indústria já estar presente na confecção de vários artigos mencionados acima, a família era a unidade econômica, reprodutora da existência social, por excelência. Como afirma Tryon, citado por Braverman, “praticamente todas as necessidades da família eram supridas por seus membros. O produtor e consumidor eram virtualmente idênticos” (Tryon *apud* Braverman, 1987, p. 232). Nas fazendas norte-americanas o agricultor e sua família cultivam os cereais e criam o gado que eles mesmos preparam para consumo, além de:

fazer vassouras, colchões, sabão, carpintaria e pequenos trabalhos em metal, curtumaria, fermentação e destilação, manufatura de arreios, desnatação e fabricação de queijos, prensamento e fervura de sucos para melaços, corte de moirões e ripas para cercas, panificação de compotas e às vezes até mesmo fiação e tecelagem (Braverman, 1987, p. 232).

Esse quadro muda radicalmente a partir do final século XIX e início do seguinte. Braverman mostra, por exemplo, que em um período de vinte anos (de 1879 a 1899) a produção domiciliar de manteiga caiu abaixo de três quartos.³ Ou seja, se até 1879 toda manteiga consumida pelas famílias era produzida em casa, em 1899 apenas uma em cada quatro casas produzia esse alimento. A diminuição da produção domiciliar é paralela ao vertiginoso aumento da produção nos estabelecimentos comerciais. É o caso da fabricação do pão, dos legumes em conserva e das compotas de frutas que chegou a crescer doze vezes entre 1899 e 1939, como mostram as pesquisas apresentadas pelo autor.

Braverman identifica alguns fatores que levaram a essa transição. Primeiramente, a expulsão do agricultor da terra e o “condicionamento urbano mais apertado” que “destrói as condições sob as quais é possível levar a vida antiga. O anel urbano fecha-se em torno do trabalhador (...) e os confina nas circunstâncias que impedem as antigas práticas de auto-abastecimento dos lares” (Braverman, 1987, p. 234).

Em segundo lugar, com frequência “o trabalho domiciliar torna-se antieconômico em comparação com o trabalho assalariado pelo barateamento dos artigos manufaturados” (Braverman, 1987, p. 234), o que tem como uma de suas consequências a saída da mulher do lar para a indústria.

Além da pressão material que leva todos os integrantes do grupo familiar a buscar seu sustento fora de casa, Braverman identifica também a pressão do costume social que, segundo ele, incide com maior força sobre a geração jovem, mais suscetível aos ditames da moda, da publicidade e dos próprios processos educacionais, que a essa altura são exercidos fora de casa. Tudo isso contribui para o menosprezo em relação ao “feito em casa”, que é paralelo à valorização do “comprado fora”.

Essas mudanças objetivas na reprodução das necessidades materiais da família são acompanhadas de um elemento novo que pode surgir justamente pela disponibilidade dos artigos produzidos pela indústria: “a poderosa necessidade de cada membro da família de uma renda independente” (Braverman, 1987, p. 235). Até então, cada pessoa do grupo familiar deveria se especializar em um ‘ramo’ das atividades domésticas para que a família pudesse obter os artigos necessários para sua reprodução. Trabalhando fora de casa, os membros da família, de um lado, perdem ou deixam de adquirir aquelas habilidades nas quais se especializavam no trabalho doméstico e, por outro, buscam no mercado outros produtos diferentes daqueles produzidos por eles próprios. Para o autor, essa necessidade de renda independente é “um dos sentimentos mais fortes instilados pela transformação da sociedade em um gigantesco mercado de trabalho e artigos, uma vez que a fonte de *status* já não é mais a capacidade de fazer coisas, mas simplesmente a capacidade de comprá-las” (Braverman, 1987, p. 235). O que o autor designa, no final da citação, com o advérbio ‘simplesmente’ é nada menos que o resultado da maior transformação vivida pela humanidade nos seus últimos milênios – a revolução industrial.

As consequências positivas e/ou danosas para a classe operária das grandes transformações ocorridas no começo do industrialismo foram pesquisadas e divulgadas por inúmeros historiadores. Hobsbawm (2000), no livro *Trabalhadores*, dedica o quinto capítulo exclusivamente para a polêmica entre os que defendiam que houve um efetivo aumento do padrão de vida da classe trabalhadora no período e aqueles que afirmavam, ao contrário, que esse padrão declinou. Marx (1983), no livro I de *O capital*, em especial no capítulo XXIII, descreve as condições

3 Esse processo é paralelo ao quadro apresentado por Braverman no primeiro capítulo. Segundo o autor, no início do século XIX quatro quintos da população norte-americana trabalhavam por conta própria. Essa cifra caiu para um terço por volta de 1870 “e em 1940 para não mais de um quinto; no ano de 1970, apenas perto de um décimo da população trabalhava por conta própria” (Braverman, 1987, p. 55).

deploráveis da classe trabalhadora da Inglaterra em meados do século XIX. Mas, independentemente do resultado dessa disputa, o que aconteceu na Inglaterra a partir de final do século XVIII gerou um processo de mudança irreversível para a vida dos seres humanos de todo o planeta. Em apenas um século, ou seja, nos cem anos que separam a revolução industrial da era do capitalismo dos monopólios o mundo se torna “genuinamente global” (Hobsbawm, 2005, p. 29).

É certo que a preocupação de Braverman é muito mais a perda das habilidades⁴ de “fazer coisas” e o domínio do consumo como modo de ser, de individuação, e não somente o aumento ou o declínio do padrão de vida. Mas ao considerar esse processo pelos seus aspectos negativos – que sem dúvida são reais – o autor deixa de valorizar a ampliação, sem precedentes, das possibilidades humanas abertas por esse movimento (que Marx valoriza principalmente nos *Grundrisse*). De todo modo, o próprio Braverman mostra a transformação dos afetos, costumes, sentimentos, enfim, dos laços humanos que acompanha o movimento de ampliação do consumo através da identificação da necessidade de cada pessoa construir outras relações fora do grupo familiar.

O primeiro passo do processo que, segundo Braverman, “leva à dependência de toda a vida social” (Braverman, 1987, p. 235) para com o mercado foi a industrialização do alimento em semi-preparado ou inteiramente preparado. Essa mudança tem como uma de suas consequências a liberação da mulher de parte do trabalho doméstico e serve, ao mesmo tempo, para impeli-la ao mercado de trabalho. Ao identificar a industrialização do alimento como momento inicial das transformações ocorridas na era do capitalismo dos monopólios, Braverman se volta para as implicações nas relações humanas decorrentes desse movimento. Diz ele:

a população não conta mais com a organização social sob forma de família, amigos, vizinhos, comunidade, velhos, crianças, mas com poucas exceções devem ir ao mercado e apenas ao mercado, não apenas para adquirir alimento, vestuário e habitação, mas também para recreação, divertimento, segurança, assistência aos jovens, velhos, doentes e excepcionais. Com o tempo, não apenas necessidades materiais e de serviço, mas também os padrões emocionais de vida são canalizados através do mercado (Braverman, 1987, p. 235).

Braverman compreende a atomização da vida social nas cidades, principalmente, a partir “das relações de mercado como sucedâneo das relações individuais e comunitárias” (Braverman, 1987, p. 235). Constata, assim, que as relações entre os indivíduos não ocorre mais diretamente a partir de suas associações na família, na vizinhança etc. mas nas relações de compra e venda. Por isso, “quanto mais a vida social se transforma em uma densa e compacta rede de atividades interligadas nas quais as pessoas são totalmente dependentes, tanto mais atomizadas elas se tornam, e mais seus contatos com os outros as separam em vez de torná-las mais próximas” (Braverman, 1987, pp. 235-6). Trata-se daquilo que Marx caracterizou como “interdependência indiferente”, relação na qual o interesse comum está submetido aos interesses particulares refletidos em si mesmos, ao “interesse individual de um em oposição ao do outro” (Marx, 1985a, p. 135).

A família como representante máxima das funções da vida social, produção e consumo, se vê reduzida somente à última, mesmo assim de “forma atenuada, visto que mesmo como unidade consumidora a família tende a romper-se em partes componentes que consomem separadamente” (Braverman, 1987, p. 236). Segundo o autor:

Esse processo é apenas um aspecto de uma equação mais complexa: à medida que a vida social e familiar da comunidade são enfraquecidas, novos ramos da produção surgem para preencher a lacuna resultante; e à medida novos serviços e mercadorias proporcionam sucedâneos para relações humanas sob a forma de relações de mercado, a vida social e familiar são ainda mais debilitadas. Trata-se, pois, de um processo que implica alterações econômicas e sociais de um lado, e profundas mudanças nos padrões psicológicos e afetivos de outro (Braverman, 1987, p. 236).

Essas alterações se realizam efetivamente no cotidiano das pessoas. A maior parte do tempo de vida de um indivíduo até então ocorria em casa, com os familiares. Na situação do trabalho domiciliar moderno, o capital entrou nas casas dos trabalhadores obrigando-os a trabalhar sob suas condições⁵, depois forçou a todos os membros da família a buscar seu sustento em um espaço diferente do doméstico. A saída das pessoas para trabalhar, ter de ganhar a vida fora de casa, significa concretamente estabelecer relações com um universo de pessoas muito

4 A questão da perda de habilidades (ou de qualificação) é um dos alvos preferidos dos críticos de Trabalho e capital monopolista. Melksins (1996) é uma referência esclarecedora para o debate sobre as questões do processo de trabalho.

5 Essa também foi uma situação mencionada pelos críticos de Braverman. Eles afirmam “que os artesãos estavam longe de ser completamente autônomos, na medida em que os empregadores desenvolveram várias formas de controle do trabalho qualificado, antes do nascimento da gestão científica” (Meiksins, 1996, p. 109).

mais amplo, desempenhar tarefas freqüentemente mais fragmentadas do que no contexto anterior, adquirir novas necessidades, não só de consumo, mas também de outras atividades e contatos sociais fora da família.

A necessidade de tempo livre para exercer outras atividades fora do trabalho é ainda muito tímida na fase inicial do capitalismo dos monopólios. Era recente ainda a jornada de trabalho de 10 horas diárias, que permitia pouco mais do que a convivência mínima com a família no tempo fora da fábrica. Mesmo em uma obra sem nenhuma vinculação com a tradição marxista, como *História da vida privada* (1992), pode-se encontrar a afirmação, de Antoine Prost, de que no início do século XX as classes populares (leia-se: trabalhadora) “se definiam, acima de tudo, pelo trabalho, e sua vida privada deveria se submeter primeiramente às obrigações profissionais (Prost, 1992, pp. 33-4).

Por isso mesmo, como afirma Braverman, o mais característico em “uma sociedade em que a força de trabalho é comprada e vendida” é que “o tempo de trabalho torna-se aguda e antagonisticamente dividido a partir do tempo de lazer, e o trabalhador suspira pelo tempo ‘livre’ a que dá extraordinário valor, enquanto a hora do trabalho é considerada tempo perdido ou desperdiçado”. (Braverman, 1987, p. 237). Nos *Manuscritos de 1844*, Marx tratou dessa contraposição caracterizando-a como “o bestial” (comer, beber, procriar) que se torna e “humano”; mas interessa-nos aqui mostrar, com Braverman, que o “preenchimento do tempo ocioso também se torna dependente do mercado, que inventa continuamente divertimentos passivos, entretenimentos, e espetáculos que se ajustam às restritas circunstâncias da cidade e são oferecidos como sucedâneos da própria vida” (Braverman, 1987, p. 237). Para o autor o capital é tão empreendedor que “mesmo onde é feito o esforço por um setor da população para ir em busca da natureza, do esporte, da arte através da atividade pessoal e amadorista ou de inovação ‘marginal’, essas atividades são rapidamente incorporadas ao mercado” (Braverman, 1987, p. 237).

Braverman considera a crescente inserção do mercado em todas as esferas da vida a “ruína da própria família e da comunidade”, que ao se desagregarem deixam um vazio em relação aos cuidados dos membros da família uns com os outros. Com todos os adultos saudáveis trabalhando fora, quem cuida dos velhos, das crianças, dos deficientes, dos doentes? É assim que, segundo o autor, “o cuidado dos seres humanos uns para com os outros torna-se cada vez mais institucionalizado” (Braverman, 1987, p. 238). Ele afirma que:

Cria-se todo um novo estrato de desamparados e dependentes, enquanto o antigo e já conhecido amplia-se enormemente: a proporção dos “doentes mentais” ou “deficientes”, os “criminosos”, as camadas pauperizadas na parte baixa da sociedade, todos representando variedades de desmoronamento sob as pressões do urbanismo capitalista e das condições de emprego ou desemprego capitalista. Além do mais, as pressões da vida urbana crescem mais intensas e ela torna-se mais difícil aos necessitados de amparo na selva das cidades. Uma vez que nenhum cuidado se pode esperar de uma comunidade atomizada, e uma vez que a família não pode arcar com todas as incumbências, já que tem que arrojá-la na ação para sobreviver e “ter êxito” na sociedade de mercado, o cuidado de todas essas camadas torna-se institucionalizado, muitas vezes das maneiras mais bárbaras e opressivas. Assim compreendido, o maciço aumento das instituições que se estendem de todos os modos, das escolas e hospitais de um lado, a prisões e manicômios de outro, representa não precisamente o progresso da medicina, da educação ou da prevenção do crime, mas a abertura do mercado apenas para os “economicamente ativos” e em “funcionamento” na sociedade, em geral à custa pública e para um vultoso lucro para as empresas fabris e de serviços que em geral possuem e invariavelmente patrocinam essas instituições. (Braverman, 1987, p. 238)

O amparo aos necessitados é, portanto, crescentemente assumido não diretamente pelo mercado, que raramente consegue transformar essas atividades em investimentos lucrativos, mas pelo estado, que financia direta ou indiretamente o sustento das instituições assistenciais.

Mas Braverman não trata apenas dos serviços voltados para os cuidados imediatos com a população necessitada (incluídos nessa categoria crianças e idosos), mas o aumento de instituições como motéis, hotéis, restaurantes e “também de imensos espaços de supermercados e lojas, escritórios e unidades integradas habitacionais” (Braverman, 1987, p. 238). Nestes ambientes aquelas atividades antes exercidas para manutenção da própria casa, por exemplo, a limpeza, são agora executadas por pessoas especializadas, “em grande parte por mulheres que, de acordo com os preceitos da divisão do trabalho, executam (...) funções que antigamente executavam em casa, mas agora a serviço do capital” (Braverman, 1987, p. 239).

Para Braverman, a criação do mercado mundial depende, em primeiro lugar, da transformação de todos os bens de consumo em mercadoria. Em segundo, na conversão dos serviços em mercadoria e, por fim naquilo que o autor chamou de “ciclo de produto”, “que inventa novos produtos e serviços, alguns dos quais tornam-se indispensáveis” (Braverman, 1987, p. 239). Assim, para ele:

o habitante da sociedade capitalista é enlaçado na teia trançada de bens-mercadorias e serviços-mercadoria da qual há pouca possibilidade de escapar mediante parcial ou total abstenção da vida social tal como existe. Isto é reforçado de outro lado por um desenvolvimento que é análogo ao que continua na vida do trabalhador: a atrofia da competência. No fim, a população acha-se, quer queira quer não, na situação de incapacidade de fazer qualquer coisa que facilmente não possa ser feito mediante salário no mercado, por um dos múltiplos ramos novos do trabalho social. E enquanto do ponto de vista do consumo isso signifique total dependência quanto ao mercado, do ponto de vista do trabalho significa que todo o trabalho é efetuado sob a égide do capital e é suscetível de seu tributo de lucro para expandir o capital ainda mais (Braverman, 1987, p. 239).

Exatamente por esse entrelaçamento inescapável, Marx (assim como Braverman) considera a sociedade capitalista como a forma histórica mais social da produção humana. O tom de reprovação de Braverman em relação às conquistas do mercado e à desqualificação do trabalhador – colocadas por ele como dois lados da mesma moeda – deixa de enfatizar exatamente o que Marx chamou de “aspectos civilizadores do capital” (Marx, 1985, p. 273).

Mas o próprio autor estadunidense admite que para os fins de sua análise o que interessa mostrar são os aspectos desumanizadores do mercado mundial, o “confinamento de amplo segmento da população ao trabalho degradado” (Braverman, 1987, p. 239). Ele esclarece que assim como na fábrica,

não é nas máquinas que está o erro, mas nas condições do modo capitalista de produção sob as quais elas são utilizadas; do mesmo modo, não é na existência dos serviços que está o erro, mas nos efeitos de um mercado todo-poderoso que, dominado pelo capital e seu investimento lucrativo, tanto é caótico quanto profundamente hostil aos sentimentos da comunidade (Braverman, 1987, p. 239).

Com seu saudosismo em relação à comunidade, Braverman curiosamente se esquece de um aspecto que ele próprio identificou e que, com certeza, está entre as maiores conquistas da forma social capitalista de produzir: a constituição do indivíduo social. De fato ela se exerce a custa de uma “comunidade” de indivíduos atomizados. Isso não significa que os indivíduos vivam somente voltados para si, isolados do mundo, ao contrário, significa que a vida social mudou, que ‘a’ ou ‘as’ comunidades não se formam somente pelo contato físico entre as pessoas da mesma família ou da vizinhança, mas que elas podem se reunir de outras tantas formas. Ou seja, a “abstenção da vida social tal como existe” pode significar que não há uma forma única de existir para a comunidade humana, que ela é múltipla e as suas formas de existência se multiplicam com o desenvolvimento das forças produtivas e com as transformações individuais/sociais que necessariamente a acompanha.

Braverman morreu apenas dois anos depois de publicar *Trabalho e capital monopolista*, ou seja, em 1976. Ele não viu, portanto, o vertiginoso desenvolvimento da informática do século XXI e não podemos dizer com certeza se ele manteria ou não sua crítica ao “fim” da comunidade ou se a estenderia ao surgimento de espaços virtuais de troca. Claro que podemos, e devemos, como e com ele, denunciar a tentativa de apropriação capitalista desses espaços que, em alguma medida, tem êxito. Mas, ao mesmo tempo eles expõem, pela sua própria existência, os limites dessa forma social que pretende transformar tudo em mercadoria. O real/virtual (músicas, livros, filmes) ‘liberado’ no ciberespaço⁶ é, digamos assim, resistente ao enquadre capitalista, o que não significa, obviamente, que sua existência leve por si só à superação do capital, mas que o desenvolvimento das forças produtivas coloca dificuldades para essa forma de produzir e reproduzir a vida social.

O trabalho de Braverman continua a ser uma referência obrigatória para os estudiosos do marxismo, ainda que tenha perdido sua atualidade em um e outro aspecto. De todo modo, chama a atenção a sensibilidade do autor para a constante interação entre as esferas superestruturais da formação social e a base material, elemento que, por si só, faz de seu livro um clássico.

6 Essa é a discussão, por exemplo, de Pierre Lèvy (1996 e 1998) quando esclarece o significado de virtual e inteligência coletiva.

Referências Bibliográficas

- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: LTC, 1987.
- HOBBSBAWM, Eric. *Os trabalhadores*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- _____. *A era dos impérios*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* São Paulo: Ed. 34, 1996.
- _____. *A inteligência coletiva*. São Paulo: Loyola, 1998.
- MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983-1985, 3 v.
- _____. “Grundrisse, 1857-1858”. In: Carlos Marx – Frederico Engels. *Obras Fundamentais* v. 6/7. México: Fondo de Cultura Económica, 1985a.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- MEIKSINS, Peter. Trabalho e capital monopolista para os anos 90: uma resenha crítica do debate sobre o processo de trabalho. *Crítica marxista*. São Paulo: Brasiliense, n° 3 pp. 106-117, 1996.
- PROST, Antoine; VICENT, Gérard. *História da vida privada* 5. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.